

A BONIFICACAO INTEGRAL NA ITALIA



1938 – XVI E.F.

RIPRODUZIONE A CURA DI
MARCO PIRAINO E STEFANO FIORITO

<http://bibliotecafascista.org>

A BONIFICAÇÃO INTEGRAL NA ITALIA

BIBLIOTECA CIVICA

Nº 121933

VARESE

II Edição.

O saneamento da terra pantanosa, esteril, ou melhor improdutiva mas capaz de produzir, assumiu um caráter de maior importancia na Italia do que em muitos outros países; em primeiro lugar, pela escassez de terras férteis insuficientes para satisfazer a população rural, e em segundo lugar, pela malária causada pelas exalações dos pantanos. De sorte que, a bonificação tem dois objetivos: um higienico, outro economico.

ZONAS DE BONIFICAÇÃO.

As principais zonas pantanosas da Italia, eram as seguintes: a região situada no alto Adriatico, onde havia poucos casos de malária, e a região situada no Tirreno, de Pisa a Gaeta, onde dominava essa enfermidade. Além disso, haviam outras de grande importancia mas muito limitadas, na Calabria, Basilicata, Pulhias, Sicilia e Sardenha.

Na zona adriatica, a obra de saneamento e a luta contra a malária data de tempos remotos, isto é desde a Republica de Veneza com o seu Magistrado de bens incultos, sob cujas ordens agiam os Consorcios locais. Mas apesar dos esforços realizados pelo Governo de Veneza primeiro, e mais tarde pelo austriaco, e pelo Governo pontificio em Ferrara, Ravenna, o Reino da Italia encontrou ainda muitas zonas para bonificar; eram terrenos situados abaixo do nível do mar, ou dos cursos de agua, cujos desaguentos eram muitas

vêses barrados pelas dunas marítimas, tornando o terreno pantanoso e escassamente utilisavel. A produção limitava-se á simples forragem ou ás pastagens com uma produção muito pobre de cereaes, sem proveito algum para os proprietarios; em vista disto, os mesmos não se oppuzeram á obra de bonificação deliberada pelo Governo.

A zona situada no Tirreno, pode ser dividida em Maremma toscana, Maremma romana e zona pantanosa da Campania (esta compreende os Mazzoni de Caserta). Aqui, os terrenos são baixos, sendo que muitas vezes o seu nivel é inferior ao do mar e das dunas, que impedem o fluxo das aguas para o mar, e as cadeias de montanhas na margem oriental desta zona, absorvem grande quantidade de aguas pluviaes, daí as enchentes que se renovam na estação das grandes chuvas, tornando inteiramente pantanosa a planicie do litoral; as exalações destes pantanos, determinam a formação dos focos de malaria. Os terrenos eram aproveitados em parte, mediante a cerealicultura (trigo e milho) alternadamente ás pastagens, ou mediante simples pastagens, de sorte que, proporcionavam aos seus proprietarios, a possibilidade de gozar de boas rendas, pois apesar da grande extensão, cada propriedade, carecia de um minimo emprego de capital e de poucas despesas de gestão. Por isso, os seus proprietarios durante muitos anos e seculos se opuzeram á bonificação.

A população era muito reduzida e dada a condição climaterica, a malaria dominava soberana por toda a parte; a maioria dos poucos trabalhadores abandonava a região durante o verão, e outros que moravam muito longe, em aldeias no cimo dos montes, deviam percorrer a pé todas as manhãs, um caminho muito longo, antes de chegar ao trabalho e refazer o mesmo percurso todas as tardes; isto, diminuia a sua capacidade de trabalho, sem contar a malaria á qual estavam continuamente expostos.

AS MAREMMAS

A Maremma toscana foi a primeira parte desta zona, na qual se tentou uma sistematica obra de bonificação, desde a época do Grão Duque Pedro Leopoldo, mas só foi saneado, o norte da região.

No Agro romano e nos Pantanos Pontinos, foram feitas numerosas tentativas de saneamento nos ultimos seculos da Republica romana, durante o Imperio, sob a dominação dos Papas na Idade-Media e no Renascimento, de Napoleão, e nos primeiros decenios da unificação do reino da Italia. Mas a obra não foi levada a termo. O Estado iniciou os trabalhos de drenagem, construiu estradas, sistemou torrentes etc. pediu a contribuição dos proprietarios, e deixou a cargo destes, a construção das estradas privadas, a preparação dos terrenos, os aperfeiçoamentos agrarios, as casas e as estrebarias.

A bonificação pôde ser realisada em grande parte, na zona adriatica, porque, como vimos, os proprietarios que não tinham nenhum proveito das suas terras, contribuíram para esta obra, ou pelo menos, não se opuzeram, e hoje a parte baixa do vale do rio Pó, é uma das regiões mais ricas e produtivas da Italia e da Europa.

Entretanto, quasi nada tinha sido feito na Maremma de Grosseto, no Agro romano, no Agro Pontino, no sul da Italia e nas Ilhas. Em alguns casos o terreno foi enxugado, mas não se construíram casas ou estradas, em outros foi praticada a irrigação sem procurar melhorar os terrenos e em outros foram iniciadas algumas obras sem leval-as a termo. Frequentemente, devido ás pressões dos deputados de numerosos collegios, o Governo via-se constringido a distribuir seus limitados recursos a um grande numero de projéto grandes e pequenos, urgentes ou desnecessarios, sem que pudessem ser completados. Desta maneira, o total das despesas era incalculavel, e os resultados obtidos quasi nulos.

OBRA DO ESTADO.

Para vencer estas dificuldades, chegou-se ao conceito de unificar a obra do Estado com a dos particulares, compreendida como função de interesse nacional.

Daí o conceito de bonificação integral, no qual não são mais separados, os fins higienicos, economicos e sociaes. O rendimento do capital empregado, não é o elemento que determina a conveniencia do empreendimento. É provavel que, enquanto o particular levado pelo seu interesse financeiro, não escolhe como emprego do seu capital a bonificação por sêr o menos rendoso, a Nação entretanto, na sua unidade e continuidade encontre uma grande compensação no immediato sacrificio financeiro. Deste ponto de vista, não se poderá dizer que ao particular interesse apenas o incremento do reddito das terras e ao Estado as outras utilidades (higienicas e sociaes) da bonificação; mas a nação, terá tambem interesse pela medida do rendimento, ao passo que, o cidadão considerará como propria vantagem, fazer parte de uma organização social mais solida e mais forte.

A bonificação integral é portanto uma das afirmações da politica agricola, ruralisadora do Regimen. Razões economicas e moraes, concorrem notoriamente nesta politica. No edificio economico da nação existem alguns pilares fundamentaes que não se devem deixar ruir. São as produções do consumo principal: o pão, o leite, a carne. Mas uma população rural numerosa e forte, equivale á maior fecundidade demografica, ao maior amôr pela propriedade, pela casa, pela familia, e á intensificação da economia. A sociedade rural é um reservatorio, sem o qual as proprias cidades acabariam por cristalisar-se, por envelhecer, por despovoar-se.

O conceito da bonificação integral, era realizal-a em todos seus aspétos contemporaneamente e concentrar todos os recursos disponiveis de um ano para outro, num numero

limitado de projéto, de forma, a poder os completar dentro de um prazo determinado. Dest'arte era necessário, a drenar os pantanos, canalisar as aguas, irrigar as zonas expostas á séca, lavrar os terrenos e melhora-los, iniciar as construções necessarias. Quando um destes projéto fôr levado a termo, se obtem uma zona inteiramente transformada, habitavel e habitada.

Não se considera exclusivamente o rendimento financeiro. É provavel que, com outros empregos de capital, se obtenha um lucro maior. Trata-se entretanto do seguinte: primeiro, colocar nestas zonas redimidas, um certo numero de familias, as quaes ou já moravam nessa região, em pessimas condições ou então, proveninham de outros pontos da Italia, onde não havia trabalho; segundo, transformar a terra, para aumentar a produção e a riquêsa nacional.

Os terrenos que devem ser semeados, são escolhidos entre os que não podem ser transformados unicamente pelos proprietarios. Si eles o fazem por má vontade podem até sêr expropriados, mas si fôr por falta de meios, o Estado intervem, para ajudal-os.

Cogitou-se em muitos casos, de adquirir terrenos e de confial-os a grandes empresas, para serem distribuidos em pequenos lotes ás familias de lavradores, os quaes mais tarde se tornariam de sua propriedade. Assim foi feito com a Obra Nacional Combatentes, no Agro Pontino e algures. Em outros casos, entretanto, foram saneadas extensões de terreno de propriedade particular, muitas vêses reunidas em consorcios de bonificação; estes ficam sendo sempre dos seus proprietarios, os quaes devem pagar um imposto de bonificação. A idéa principal era manter ou constituir as propriedades particulares em pequenos lotes, ou grandes empresas, de acordo com a qualidade e com a condição do terreno.

Tencionava-se tambem aumentar o mais que possivel o numero dos trabalhadores fixos, preferivelmente de fami-

lias inteiras, e diminuir o dos braços e dos trabalhadores adventícios.

Emfim, melhorar por todos os modos, os sistemas de cultivo e intensificar a produção.

LEIS RECENTES SOBRE A BONIFICAÇÃO.

As leis sobre a bonificação, são numerosas e datam de épocas remotas. Aqui, nos limitaremos ás mais recentes que determinaram a nova transformação da terra, de acordo com os principios da bonificação integral.

Em primeiro lugar, temos a lei de 30 de dezembro de 1923, que amplificou o conceito da bonificação, compreendendo além da drenagem dos pantanos, a sistematização dos vales e das montanhas, os saneamentos de menor importancia, a irrigação, as construções etc. Esta lei foi completada por uma outra da mesma data, que confiava ao Estado uma serie de obras destinadas á reorganização hidrologica das montanhas para impedir os desmoronamentos, etc. As leis de 19 e de 29 de maio de 1925, estenderam a bonificação aos terrenos que devido ás más condições hidrologicas, deficiencia de viação, falta de irrigação, e por outras causas, seguiam um metodo de cultura antiquado, e que apesar disto, eram suscetíveis de melhoramentos. Outras leis publicadas entre 1925 e 1927, tratavam de cada aspeto da bonificação, da organização do credito agrario, etc.

A lei fundamental da bonificação integral, é a de 24 de dezembro de 1928, que tomou o nome de lei Mussolini, que preenche as lacunas da legislação precedente, para resolver em toda a sua extensão o problema da bonificação — abastecimento de agua potavel, construção de estradas, de edificios, de povoações, e preparação dos meios financeiros necessarios para a aplicação das varias leis de bonificação.

O plano organizado compreende uma despesa total de sete bilhões de liras, distribuidas em 14 anos (com os juros de 9.500.000.000).

Emfim, foi creado o Decreto de 13 de fevereiro de 1933, para coordenar as normas vigentes. Este distingue a bonificação propriamente dita, dos melhoramentos agrarios. A primeira é caracterisada por um conjunto de obras que devem ser executadas de acordo com um plano organico geral, em terrenos classificados e delimitados pelo Estado, chamados « Compensori ».

Os compensori dividem-se em duas categorias: a primeira, compreende os que têm uma grande importancia, quanto á colonisação (por ex: o Agro Pontino), enquanto na segunda categoria estão compreendidos os outros terrenos. Nas duas categorias, ha obras de competencia do Estado e obras de competencia dos particulares; as primeiras, são executadas pelo Estado, com a contribuição dos proprietarios; e as outras, a cargo obrigatorio e á custa dos proprietarios, mas com subsidios do Estado. A percentagem da contribuição do Estado, é mais alta na primeira categoria, do que na segunda. Ha outras obras como a sistematisação das montanhas, que o Estado toma inteiramente a seu cargo. Os subsidios para as obras realizadas pelos proprietarios, eleva-se de um terço da despesa, á 75%, e foi instituido un sistema mutuario de favor para os particulares, por parte dos institutos de credito.

Cada compensorio, compreende um ou mais consorcios constituídos entre os proprietarios, de acôrdo com a adesão da maioria; em casos excepcionaes, os consorcios podem tambem ser constituídos. A sua função é a manutenção das obras de bonificação já realizadas, mas pode-lhes ser atribuida a concessão das obras de competencia estadual e tambem das obras de competencia dos particulares sempre que estes o solicitem. Até hoje, foram creados 1700 consor-

cios, que compreendem uma superfície total, de 7.000.000 de hectares.

Junto aos Consorcios, devemos lembrar a Obra Nacional Combatentes, que sob a fiscalização da Presidencia do Conselho, se encarrega mesmo por coação, da compra de terrenos que devem ser bonificados para transformal-os e distribuil-os, ás familias dos lavradores ex-combatentes.

A obra de bonificação, está sob a direção do Sub- Secretariado de Estado da Bonificação integral, junto ao Ministerio da Agricultura.

RESULTADOS OBTIDOS.

De 1870 a 1922, os comprensori de bonificação, em que foram executadas obras pelo Estado, atingiram a extensão de 1.390.980 de hectares. Durante os 14 annos que seguiram o advento do Fascismo, a extensão subiu a 5.106.938 de hectares. A despesa total de 1870 á 1922, foi de 1.760.500.000 de liras (valor átual) e a de 1922 em deante, passou a sêr de 5.117.300.000 de liras.

Calcula-se em 2.205.746 hectares, as obras de bonificação que estão para ser levadas a termo ou que já estão terminadas, e em cerca de 2.901.192 de hectares, os trabalhos menos adeantados, mas que proseguem com rapidez.

De averiguações feitas recentemente, verifica-se que o incremento da produção bruta vendivel aumentou de um valor inicial igualado a 100 e atingiu o indice de 2438, e que o incremento da mão de obra empregada subiu de un minimo de 100 a 208, a um maximo de 100 a 3.618. O trabalho adventicio vae diminuindo rapidamente; em alguns pontos desapareceu por completo.

A canalisação das aguas e a drenagem dos terrenos fez

diminuir a malária, devido á influencia que exerce sobre a violencia da endemia, um maior numero de habitantes.

Na provincia de Ferrara, onde antes da bonificação se contavam 84 habitantes por kmq, hoje este numero subiu á 140 por kmq; Em algumas zonas saneadas da provincia de Veneza, a população triplicou; a aglomerada calculava-se em 533 habitantes e a esparsa em 2332, (isto é, os primeiros representavam a quarta parte dos segundos), atualmente os dados são respetivamente 1011 e 9409; como se vê, os primeiros representam a nona parte dos segundos.

O AGRO PONTINO.

O Agro Pontino que nos meses estivaes hospedava poucas centenas de individuos febricitantes, alojados em choupanas de palha ou cobertas de forragem, e que aumentavam de algumas centenas na estação da colheita, hoje possui 60.000 habitantes entre operarios e colonos, alojados em ótimas casas construidas de pedra e cal, dotadas de todo o necessario, ligadas por estradas excelentes, com igrejas, escolas, asilos, hospitaes, ambulatorios, etc. Foram creadas quatro comunas e a inteira zona foi elevada a Provincia, com o nome de Littoria, que compreende alem do Agro Pontino, uma parte da Ciociaria e da ex-provincia de Caserta.

A bonificação do Agro Pontino pode-se ilustrar com os seguintes dados.

O R. Decreto que confiava o primeiro lote de 18.000 hectares á Obra Nacional Combatentes, é de 28 de agosto de 1930.

Em 7 de novembro desse ano, foram iniciados os trabalhos de mondadura de 600 hectares de terrenos boscosos. Em 20 de janeiro de 1922, foram iniciados os trabalhos de

saneamento e a construção das primeiras casas de colonos. Em 30 de junho desse mesmo ano, foi fundada Littoria que foi inaugurada em 18 de dezembro pelo Chefe do Governo, juntamente com o primeiro lote de bonificação e 515 casas de colonos. Em 5 de agosto de 1933, foi fundada Sabaudia que foi inaugurada pelo Rei, a 15 de abril de 1935; já tinham sido lavrados 41.600 hectares de terras, construídos 416 km. de estradas e 1756 km. de canaes. Em 18 de dezembro de 1934, o Chefe do Governo inaugurou a província de Littoria.

Em 19 de dezembro de 1932, o Duce fundou a terceira comuna do Agro Pontino, Pontinia, com 700 casas de colonos.

Em 27 de junho de 1935, Mussolini trilhou o primeiro trigo em Sabaudia e abriu o sistema de canaes de irrigação.

Em 18 de dezembro de 1935, inaugurou Pontinia e 108 casas de colonos.

Em 25 de abril de 1936, fundou Aprilia que foi inaugurada em outubro de 1937.

Emfim, temos a ultima comuna Pomezia, que ainda não foi fundada.

No espaço de quatro anos, foram construídas 2700 casas de colonos, com as estrebaraias e os armazens anexos (sem contar as casas que não eram destinadas aos lavradores, na cidade) 215 km. de estradas, 880 kilometros de canaes, 5125 escoadouros para as aguas. Foram arados 105.000 hectares de terreno, e 50.000 hectares de terrenos boscosos foram mondados. Os trabalhos hidraulicos e de bonificação custaram 1.200.000.000 de liras. A superficie total da Província de Littoria é de 210.170 hectares com 215.000 habitantes. Destes, 60 mil vivem no Agro Pontino e aumentam rapidamente, porque ao lado das atividades agricolas, estão surgindo muitas industrias. Em Littoria teve grande incremento o cultivo da beterraba para a fabricação do assucar.

Outras indústrias devem surgir dentro em breve. Sabaudia que possui um clima excelente e ótima posição, deverá tornar-se uma agradável estação de veraneio.

O Agro Pontino é atravessado pela ferrovia Roma-Nápoles, e pela antiga linha Roma-Velletri-Terracina. Os vários centros são ligados por serviços automobilísticos públicos.

Entre outras grandes obras de bonificação realizadas, cumpre mencionar as do Baixo Friuli (70.000 hectares) da Burana (70.000 hectares), a bonificação de Parma-Moglia (74.000 hectares), a Cremonese-Mantovana (50.000 hectares) e da região Padana-Polesana de Rovigo (66.000 hectares), a da planície de Grosseto (45.000 hectares) inclusive a bonificação do Alberese realizada pela Obra Nacional Combatentes, a bonificação do Baixo Tibre em Ostia, Ilha Sagrada, Porto e Maccarese (mais de 20.000 hectares) a bonificação de S. Eufemia, Sibari, e Alli-Punta, de Castella na Calabria, a da planície de Catania na Sicília (22.000 hectares); houve outras transformações e colonizações de grandes propriedades também na Sicília, a bonificação de Campidano de Oristano na Sardenha com o grande lago artificial do Tirso, destinado à irrigação e ao fornecimento da energia elétrica. Foi também enfrentado o problema da bonificação do Tavoliere das Pulhias (400.000 hectares), que ainda não foi levada a termo.

Nos primeiros 14 anos de Regimen Fascista, o número médio de operários, empregados diariamente nos trabalhos de bonificação de competência estadual, aumentou de 28.117 em 1922-1923 à 74.484 em 1934-1935.

Desta maneira, visa-se alcançar os seguintes objetivos:

- 1) Aumentar a superfície cultivada e portanto a produção dos produtos agrícolas, diminuir a importação dos mesmos que devem ser pagos com ouro;

2) Proporcionar trabalho a um grande numero de operarios nas obras de bonificação, e, tambem de lavradores logo que esta fôr completada, afim de diminuir a desocupação ;

3) Converter grande parte de braçaes e adventicios agricolas em agricultores permanentes ;

4) Criar novas industrias conexas com a agricultura (engenhos, etc.) ;

5) Melhorar as condições higienicas de vastas extensões de terreno ;

6) Contribuir para a bonificação humana da população.

Mesmo que a despesa seja consideravel e a percentagem do rendimento por enquanto seja minima, a obra prosegue « sub specie aeternitatis » com o fim de beneficiar alem das gerações hodiernas, as gerações vindouras.

Posto que, a extensão do solo cultivavel é muito limitado, é necessario aproveitá-lo no maior grau, não desperdiçar nem um hectar de terreno e fazer com que cada hectar renda o mais que possível.

TABELAS ESTATISTICAS

A produção, o trabalho empregado, e a redução dos adventícios antes e depois da bonificação.

Território de bonificação	Valor da produção por hectar			Trabalho empregado por hectar			Percentagem trabalho adventicio	
	Inicial liras (1)	Final liras (1)	Índice de au- mento	Inicial (1)	Final (1)	Índice de au- mento	Inicial horas (1)	Final horas (1)
VENETO								
Sinistra Adige	1422	5560	391	277	1453	524	16	0
Caposile	265	2697	1018	111	852	767	91	3
Ongaro Inferior . . .	88	1860	2114	46	525	1141	100	0
Bandoquerelle	353	1460	414	90	287	319	100	0
EMILIA								
Bonificação de Fer- rara	435	2162	497	173	623	360	100	15
Baixo de Ravenna .	1996	6508	329	328	1677	511	0	0
Gallare	335	1930	576	94	708	753	95	24
Parmigiana Moglia .	516	3012	583	139	946	680	0	24
TOSCANA								
Plano de Cecina . .	804	2830	352	176	545	309	71	1
Bonificação de Gros- seto	496	1558	314	71	257	362	74	12
LAZIO								
Isola Sacra	119	1130	949	90	472	524	89	5
Agro Romano	712	1940	272	135	540	400	38	3
CAMPANIA								
Pantano di Sessa . .	100	2257	2257	27	305	1130	92	9
Prima zona vicana .	612	3284	536	206	430	208	43	1
PULHIAS								
Tavoliere di Foggia	318	1846	580	131	634	484	59	51
Murge Baresi . . .	200	1463	731	197	1769	898	58	21
Salina Grande . . .	1314	7446	567	352	1037	294	89	0
Taranto	355	1100	309	230	1000	435	70	35
Extrema Salento . .	—	—	—	—	—	—	—	—
SARDENHA								
Terralba	62	1512	2438	22	796	3618	100	0
Sanluri	131	1010	711	40	337	842	5	0

(1) Os dados iniciais referem-se á situação antes da bonificação e os finais á situação depois da bonificação.

*Montante em liras atuas das obras de bonificação de competencia estadual
e particular de 1870 a 1º de Julho de 1936-XIV.*

EXERCICIOS FINANCEIROS

	Bonificações hidrau- licas, transformação de terras, estradas		Sistematisação serrana		Contribuições de par- ticulares com subsí- dios do Estado		TOTAL	
	Autori- sadas milhões	Execu- tadas milhões	Autori- sadas milhões	Execu- tadas milhões	Autori- sadas milhões	Execu- tadas milhões	Obras de competencia estadual e particular	
Até 1921-22	3.001,3	1.720,5	70,3	62,2	—	—	3.071,6	1.782,7
E. F. A.	268,0	210,7	18,0	18,1	14,7	14,7	300,7	243,5
id.	88,5	141,0	12,8	12,7	36,3	36,3	137,6	190,0
id.	108,4	134,2	10,6	10,6	20,0	20,0	139,0	164,8
id.	147,6	178,0	9,1	9,1	48,3	48,3	205,0	235,4
id.	241,4	181,8	22,1	18,1	88,0	88,0	351,5	287,9
id.	569,4	258,7	33,6	30,9	156,1	106,5	709,5	396,1
id.	524,1	341,0	41,0	39,8	130,4	130,4	695,5	511,2
id.	702,5	617,1	72,9	42,8	255,7	255,7	1.031,1	915,6
id.	569,4	465,2	33,6	34,5	248,5	248,5	851,5	748,2
id.	566,3	495,1	45,1	34,9	207,8	207,8	819,2	737,8
id.	463,5	505,0	55,0	49,4	285,7	285,7	804,2	840,1
id.	575,6	543,4	51,9	47,7	282,9	282,9	910,4	874,0
id.	574,3	615,9	58,0	56,2	358,1	358,1	990,4	1.030,2
id.	433,6	490,2	34,1	37,7	283,8	283,8	751,5	811,7
<i>Total Geral</i>	<i>8.833,9</i>	<i>6.897,8</i>	<i>568,1</i>	<i>504,7</i>	<i>2.366,7</i>	<i>2.366,7</i>	<i>11.768,7</i>	<i>9.769,2</i>
<i>Era Fascista</i>	<i>5.832,6</i>	<i>5.177,3</i>	<i>497,8</i>	<i>442,5</i>	<i>2.366,7</i>	<i>2.366,7</i>	<i>8.697,1</i>	<i>7.986,5</i>
<i>Ultimos sete anos</i>	<i>3.885,2</i>	<i>3.731,9</i>	<i>350,6</i>	<i>303,2</i>	<i>1.922,5</i>	<i>1.922,5</i>	<i>6.158,3</i>	<i>5.957,6</i>

Obras de bonificação integral autorizadas no quadrienio 1929-VII - 1933-XI.

NATURÊSA DAS OBRAS	Autorizadas nos exercícios financeiros				Total em milhões
	1929-30 milhões	1930-31 milhões	1931-32 milhões	1932-33 milhões	

a) Obras de competencia estadual.

1. Bonificações hidraulicas, obras complementares de defesa hidraulica, de viação, de irrigação, de sistematização serrana, de abastecimento de agua potavel e de sistematização hidraulica conexas.	699,6	542,0	492,0	426,1	2.159,7
2. Transformação de terras de interesse público	2,9	24,7	61,7	32,4	121,7
3. Estradas de transformação de terras.	—	2,6	12,5	5,0	20,1
4. Sistematização serrana. .	72,9	33,6	45,1	55,0	206,6
<i>Total</i>	775,4	602,9	611,3	518,5	2.508,1

b) Obras de competencia particular subsidiadas pelo Estado.

1. Irrigações	89,4	103,4	142,4	153,1	488,3
2. Aquedutos	16,3	41,4	7,0	9,8	74,5
3. Estradas particulares . .	0,5	5,4	5,4	14,4	25,7
4. Povoações e edificios ru- raes no Sul e nas Ilhas . .	—	9,1	23,8	27,5	60,4
5. Drenagens mecanicas . . .	7,9	5,2	5,6	5,2	23,9
6. Pequenas sistematiza- ções de terras	78,3	26,7	1,5	24,0	180,5
7. Bonificação do Agro . . .	46,6	45,5	10,3	37,2	139,6
8. Abastecimento de agua potavel	0,1	—	0,9	0,9	1,9
9. Pesquisas de agua	3,3	1,5	3,9	1,2	9,9
10. Pastagens.	13,3	10,3	7,0	12,4	43,0
<i>Total</i>	255,7	148,5	207,8	285,7	997,7
<i>Total geral</i>	1.031,1	851,4	819,1	804,2	3.505,8

Obras de bonificação integral autorizadas no sétimo 1929-VII - 1936-XIV.

Naturêsa das obras	Autorizadas nos exercicios financeiros							Total
	1929-30	1930-31	1931-32	1932-33	1933-34	1934-35	1935-36	
	milhões	milhões	milhões	milhões	milhões	milhões	milhões	milhões

a) Obras de competencia estadual.

1. Bonificações hydraulicas e obras complementares de defesa hydraulica, de estradas, irrigações, de reajustamento de montanhas, de abastecimento de agua potavel e de reajustamento hydraulico conexas . . .	699,6	542 --	492 --	426,1	566,8			
2. Transformação de terras de interesse publico . . .	2,9	24,7	61,7	32,4		574,3	433,6	3.885 --
3. Estradas de transformação de terras . . .	—	2,6	12,5	5 --	8,8			
4. Sistematisação de terras . . .	72,9	33,6	45,1	55 --	51,9	58 --	34,1	350,9
TOTAL . . .	775,4	602,9	611,3	518,5	627,5	623,3	467,7	4.235,6

b) Obras de competencia privada subsidiadas pelo Estado.

1. Irrigações . . .	89,4	103,4	142,4	153,1	69,5	61 --	17,8	646,5
2. Pesquisas de agua . . .	3,3	1,5	3,9	1,2				
3. Aquedutos ruraes . . .	16,3	41,4	7 --	9,8	27,3	9 --	9,6	120,4
4. Estradas particulares . . .	0,5	5,4	5,4	14,4	14,7	34,9	24,8	100,1
5. Povoações e construções ruraes . . .	—	9,1	23,8	27,5	61,6	163,9	166,3	451,2
6. Drenagens mecanicas . . .	7,9	5,2	5,6	5,2	1,1	11,4	10,4	46,8
7. Pequenos reajustamentos de terras . . .	78,3	26,7	1,5	24 --	11,6	15,7	16,4	176,2
8. Plantações e melhoramentos varios . . .	—	—	—	—	2,5	2,4	4,7	9,6
9. Bonificação do Agro romano e pontino . . .	46,6	45,5	10,3	37,2	70,4	24,8	8,8	243,6
9. Abastecimento de agua potavel . . .	0,1	—	0,9	0,9	0,9	3,6	2 --	8,4
1. Pastagens serranas . . .	13,3	10,3	7 --	12,4	18,1	25,1	16,5	102,7
2. Aplicações electro-agricolas . . .	—	—	—	—	5,2	7,3	6,5	19 --
TOTAL . . .	255,7	248,5	207,8	285,7	282,9	358,1	283,8	1.922,5
TOTAL GERAL . . .	1.031,1	851,4	819,1	804,2	910,4	990,4	751,5	6.158,1

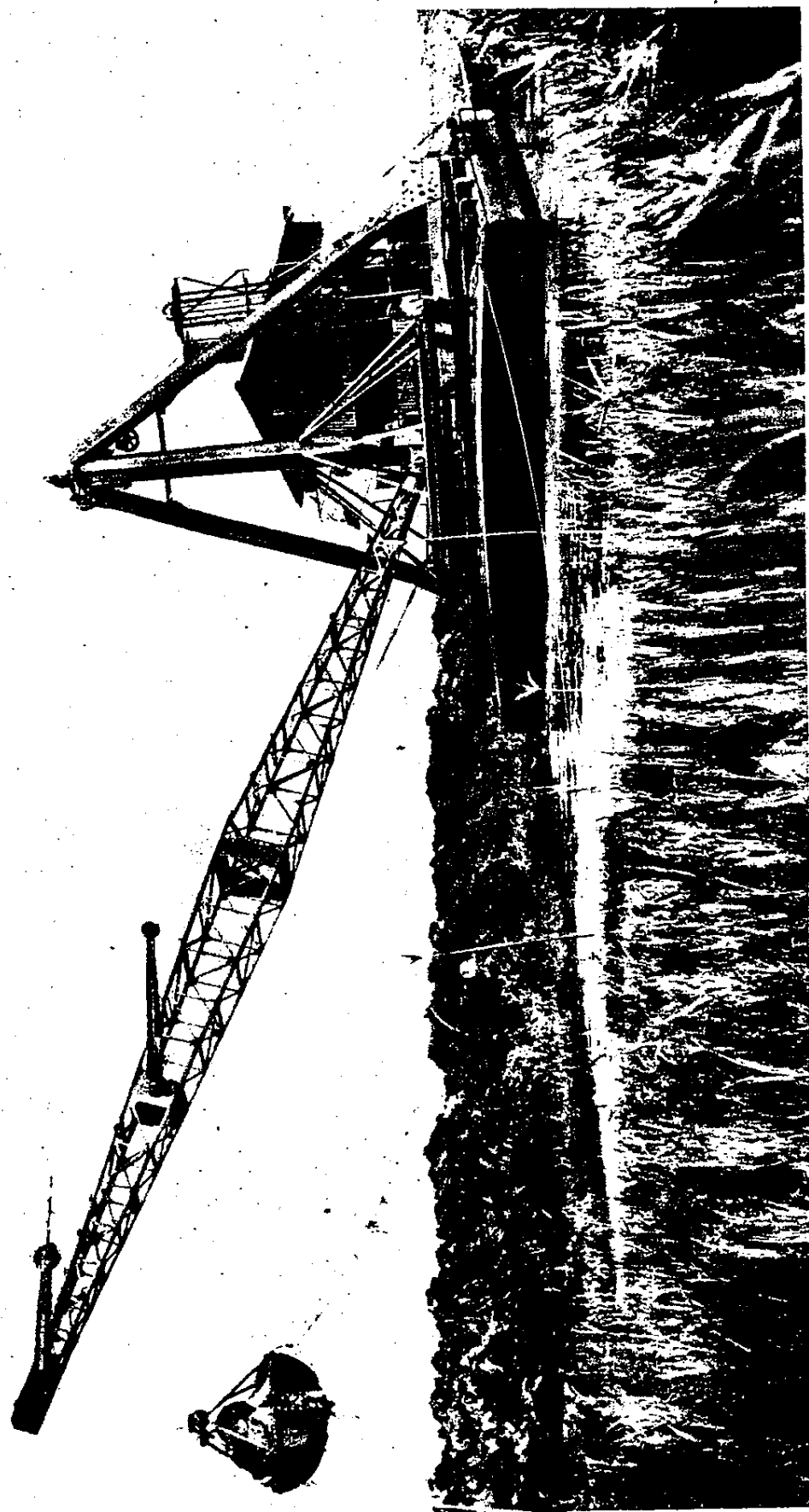
5
4
1
2
8
2
6
6
4
7
-
5
-
1



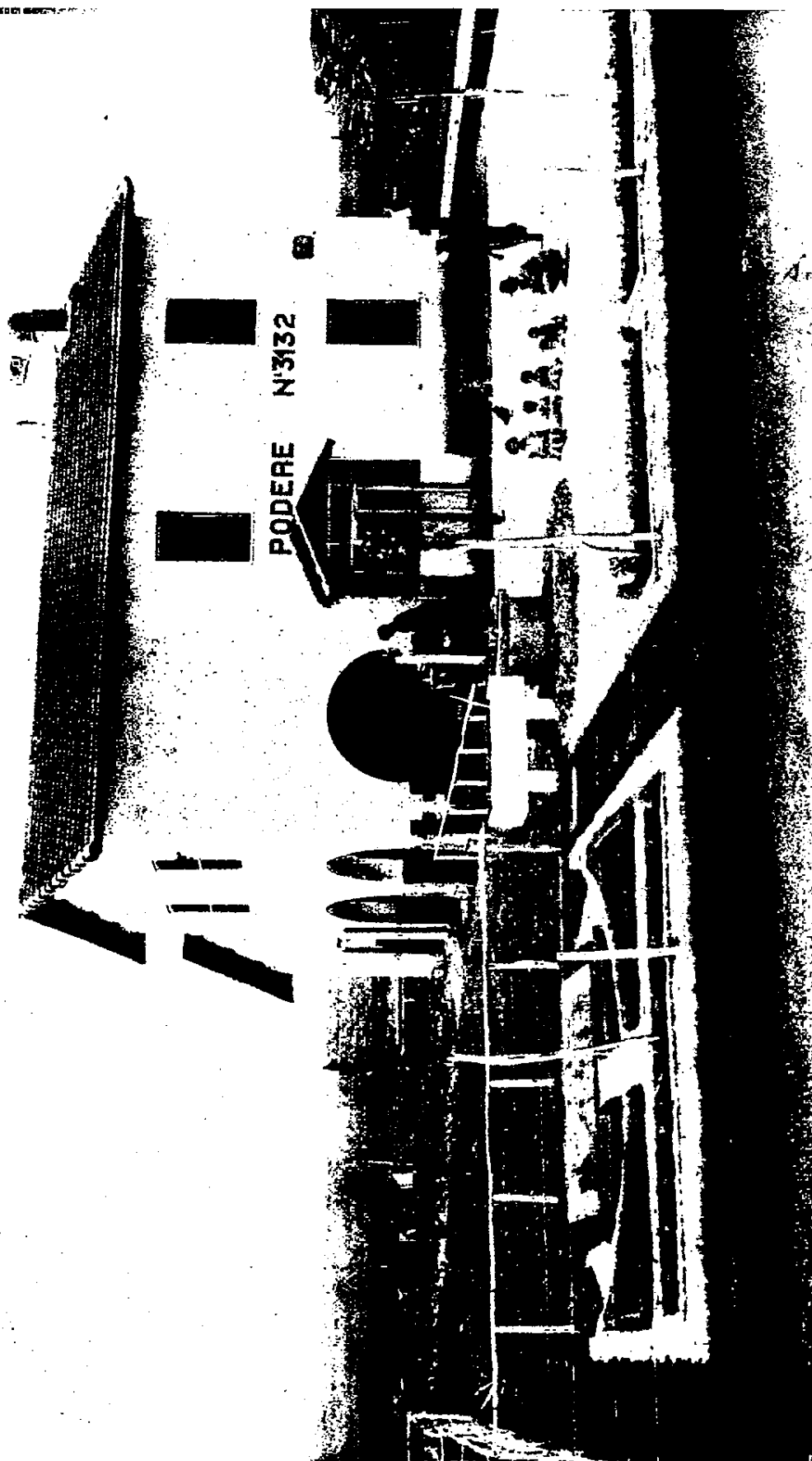
Aspéto de Littoria, antes da bonificação.



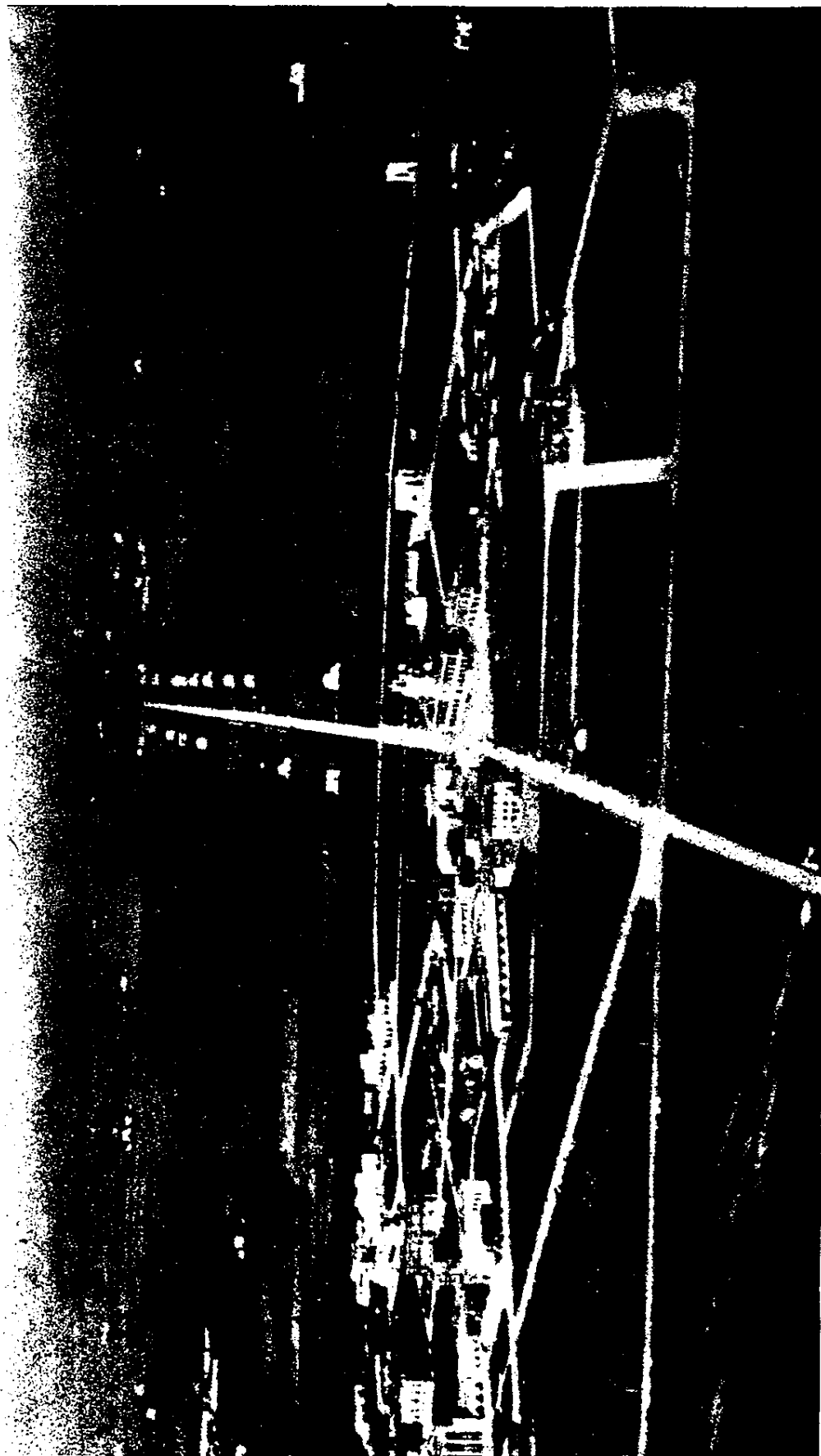
O Duce entre os ruraes, trilhando o primeiro trigo de Littoria.



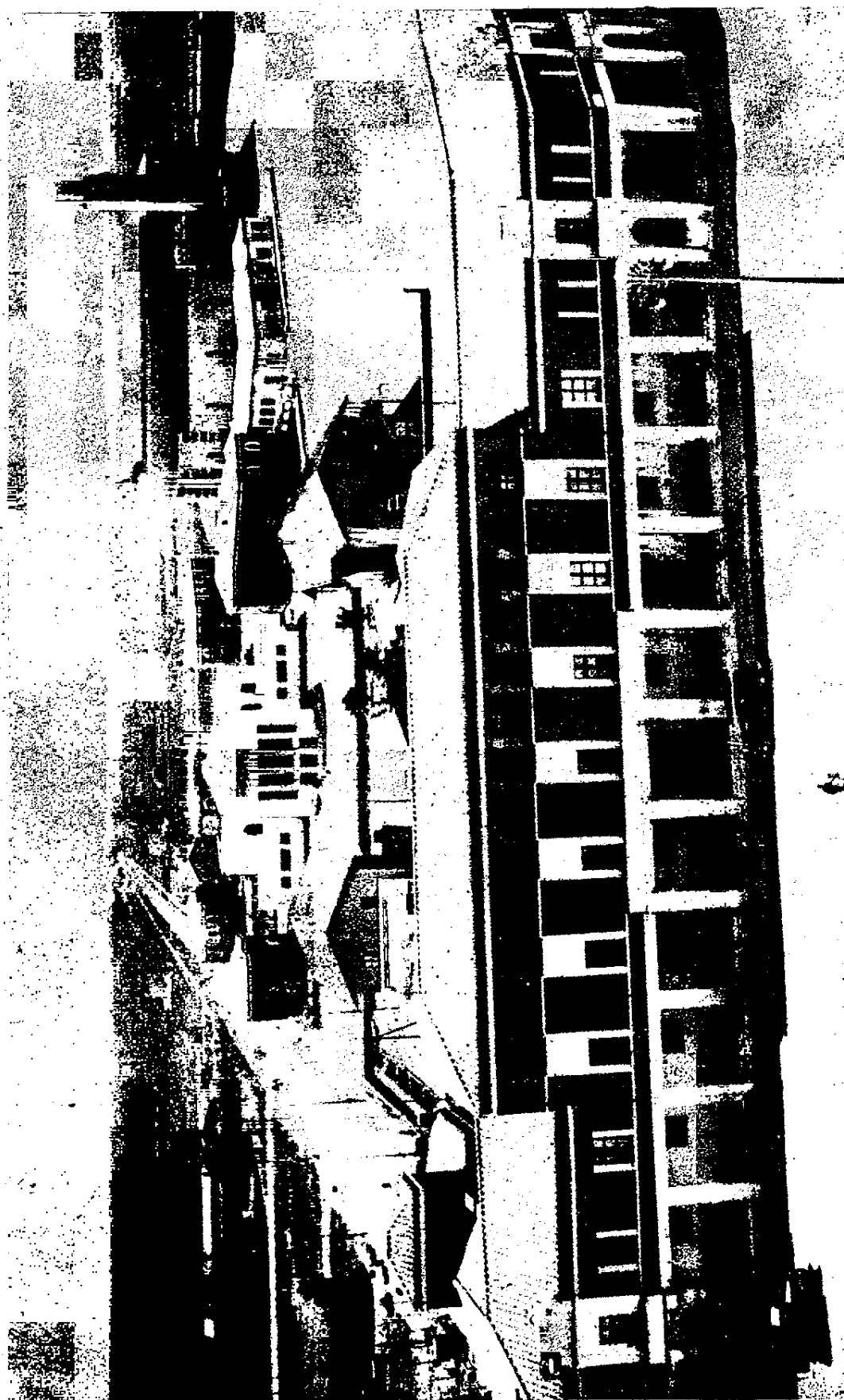
Construção de um canal em Littoria.



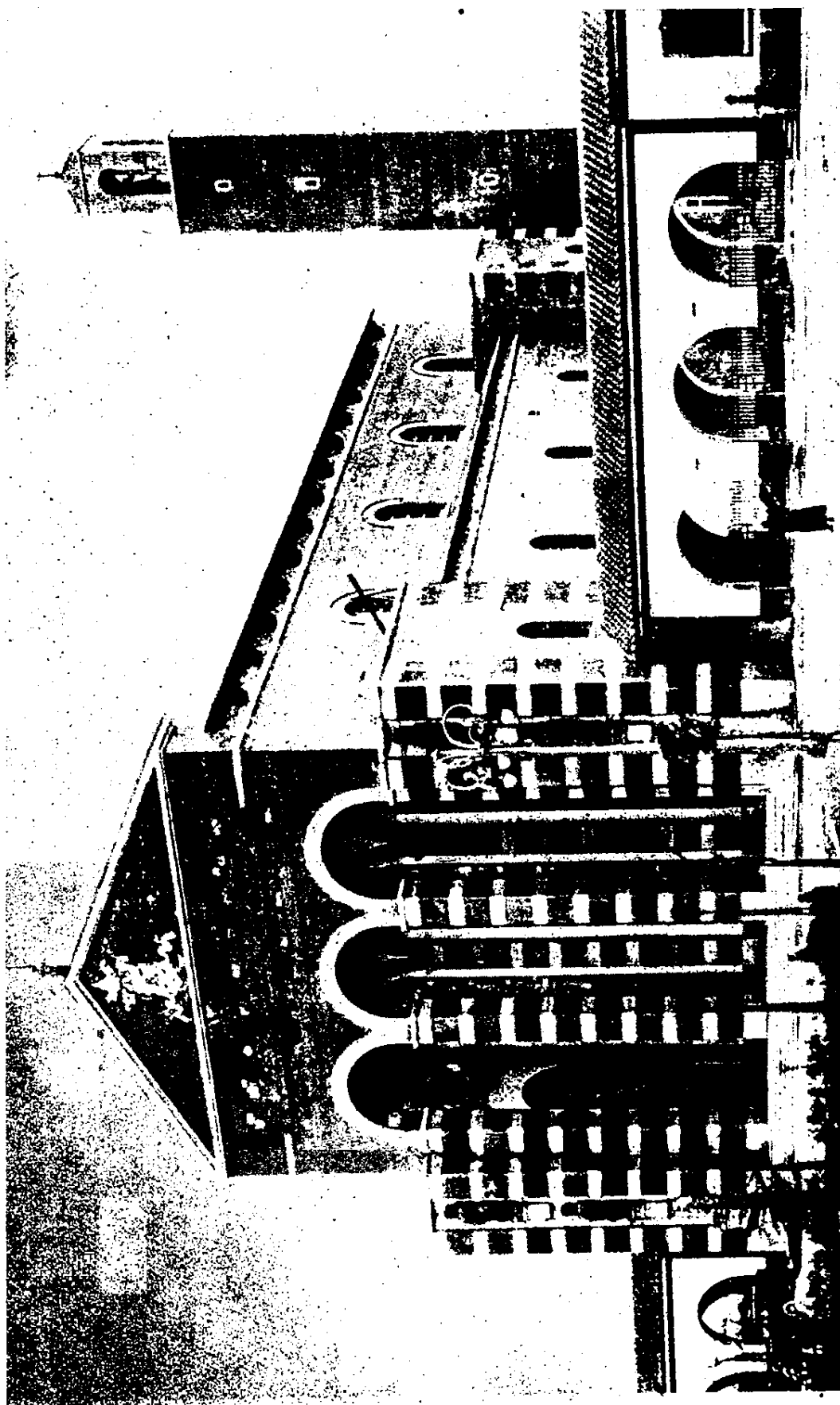
Casa de colonos na Bonificação Pontina.



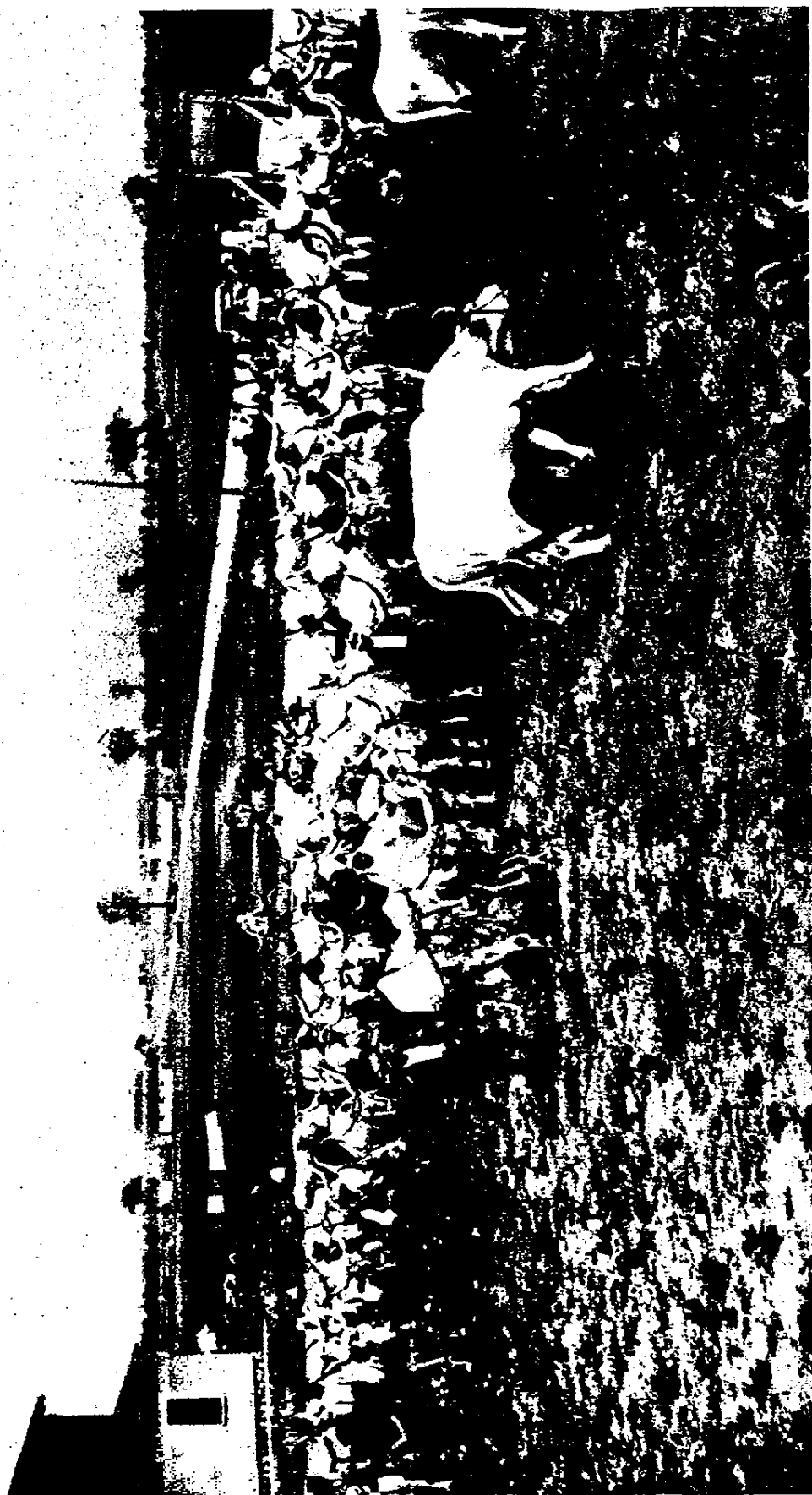
Vista aerea de Littoria.



Panorama de Littoria, visto do alto da torre.



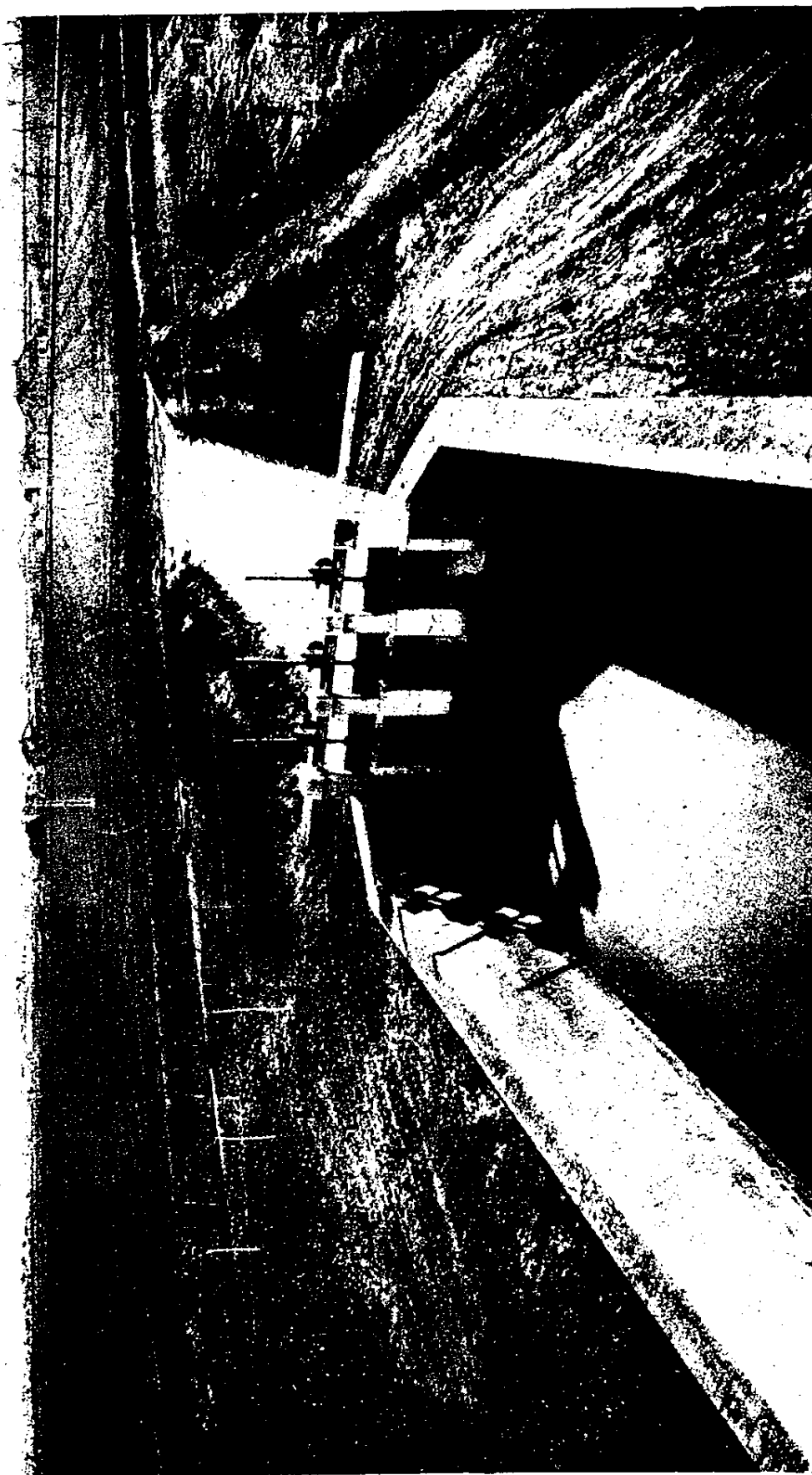
A Igreja de Litoria.



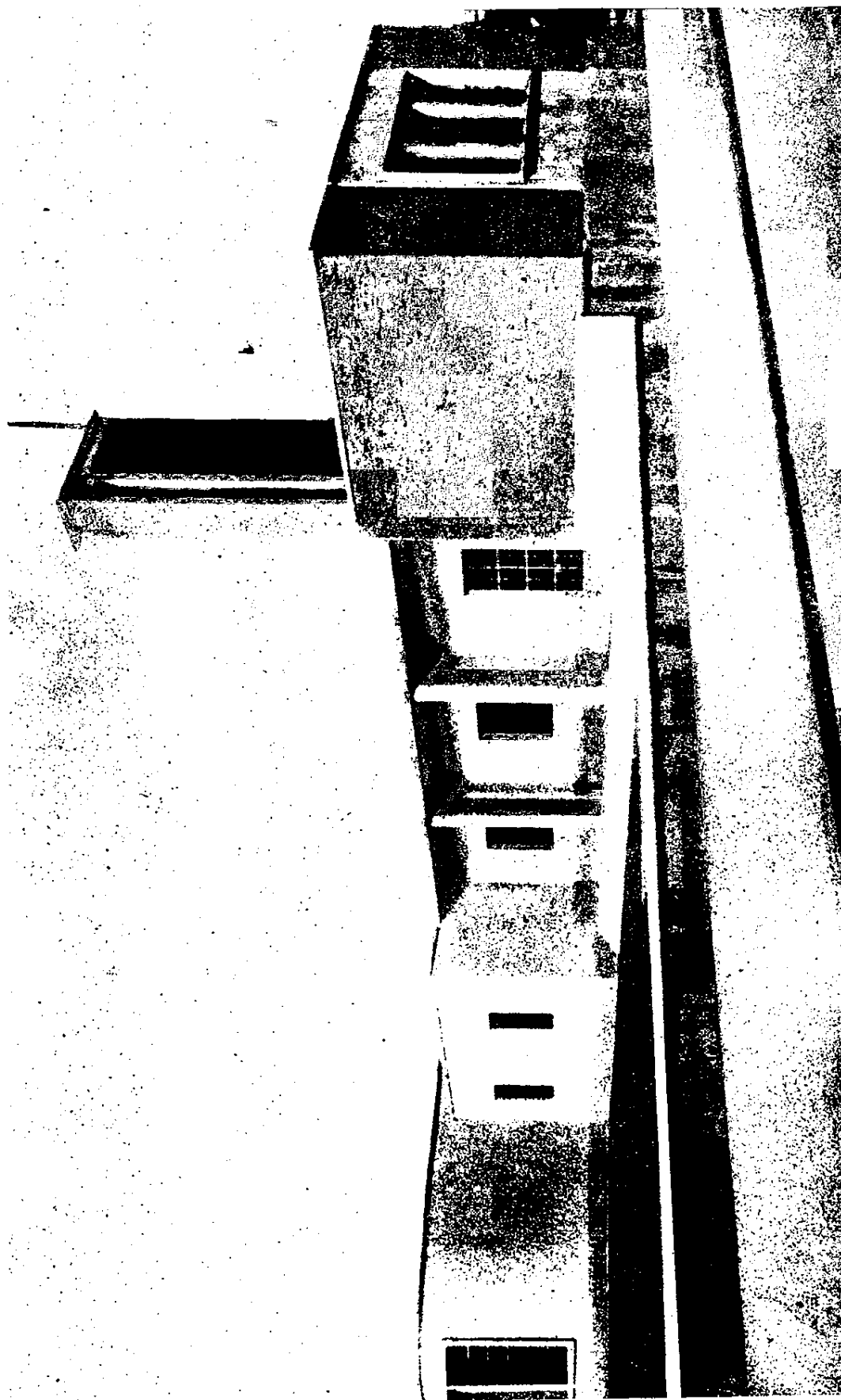
Distribuição do gado aos colonos da Bonificação de Littoria.



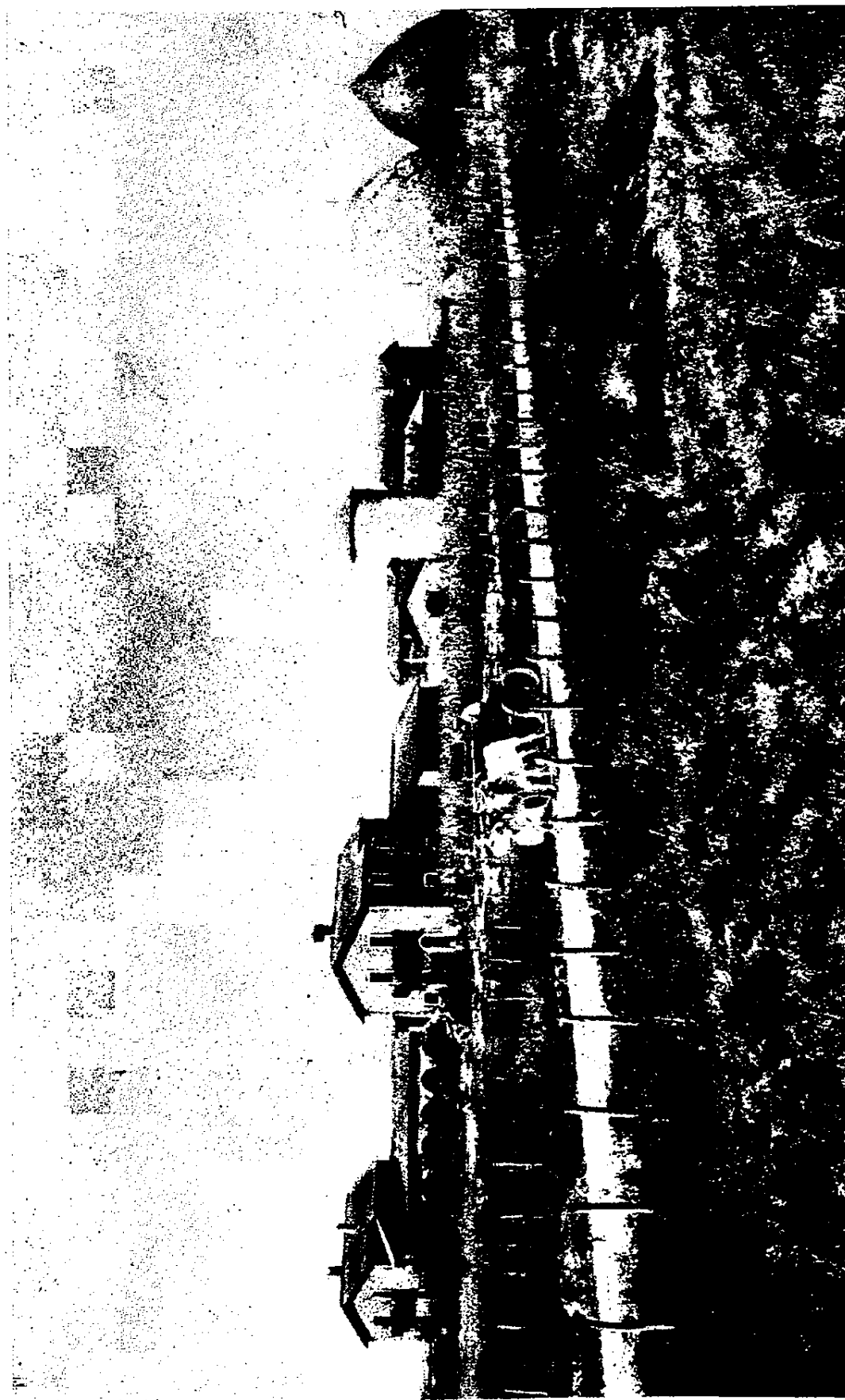
Um aspéto de Sabaudia antes da bonificação



Um canal de bonificação em Sabaudia.



Edificio da Juventude Italiana do Littorio, em Sabaudia.



Uma feitoria em Sabaudia.

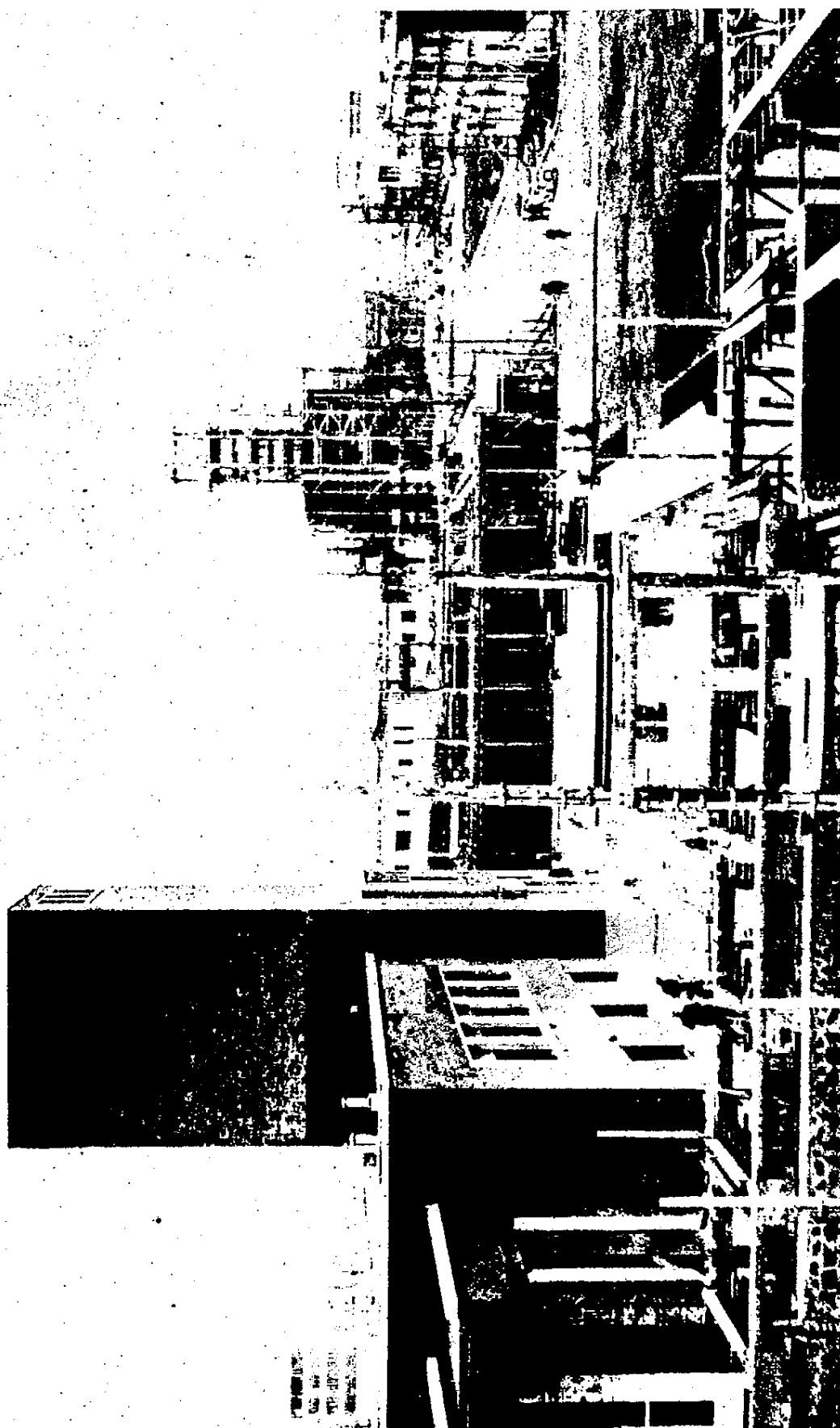


Panorama de Sabaudia visto do alto.





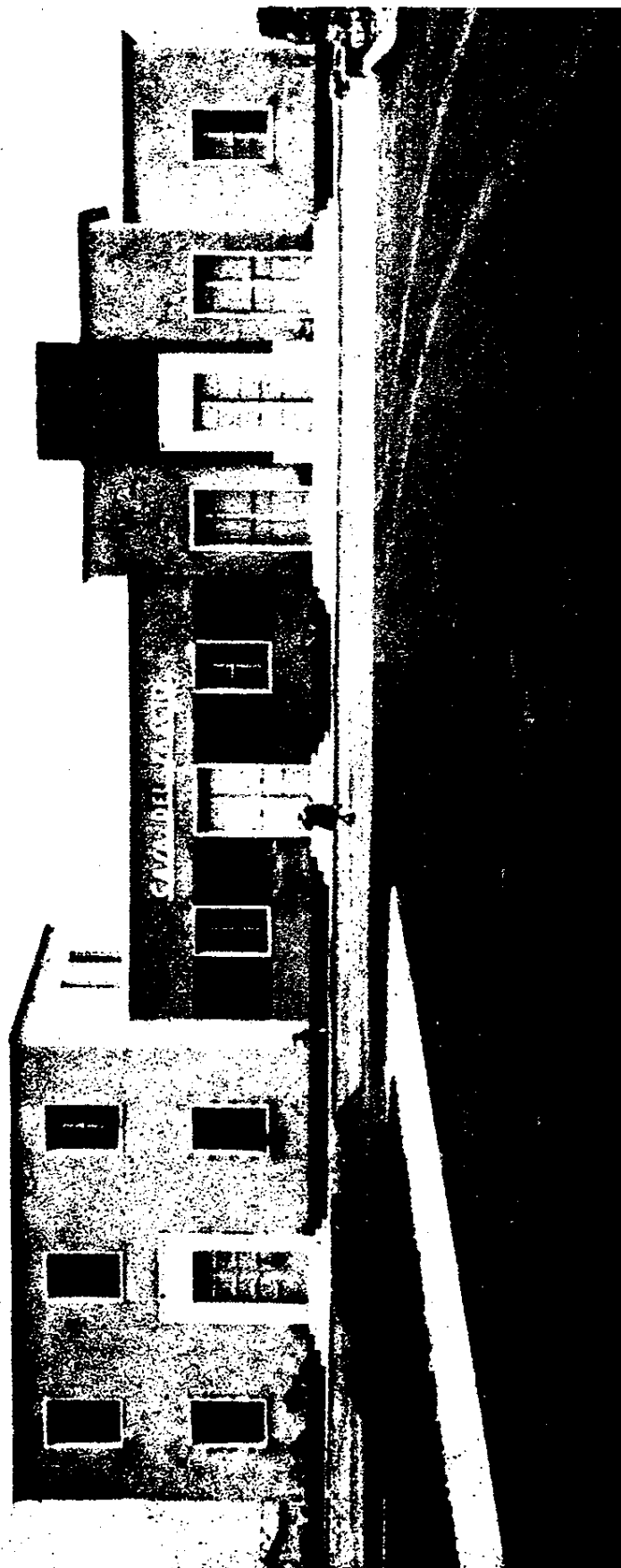
Aspéto de Pontinia, antes da bonificação.



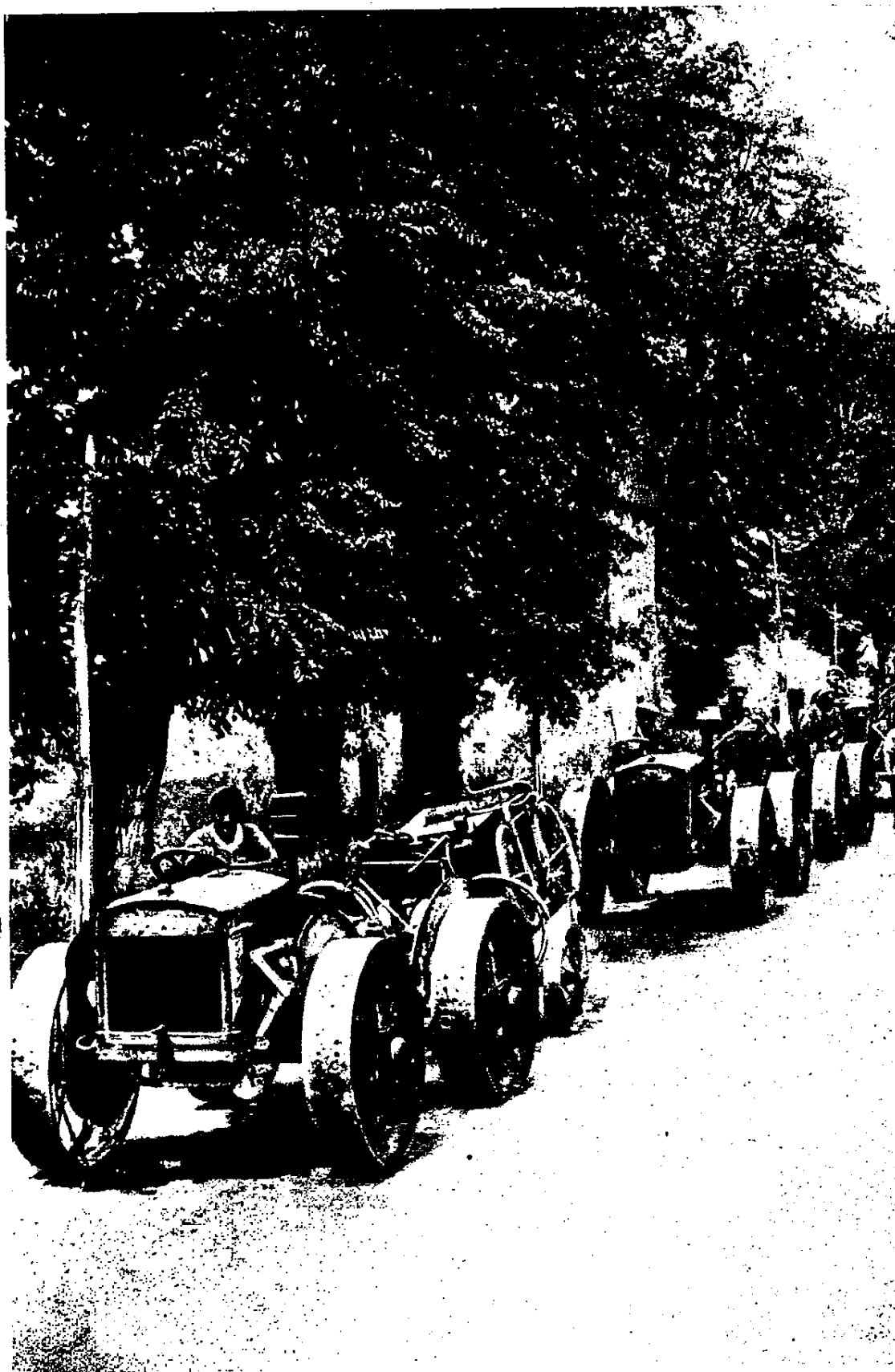
A cidade de Pontinia em construção.



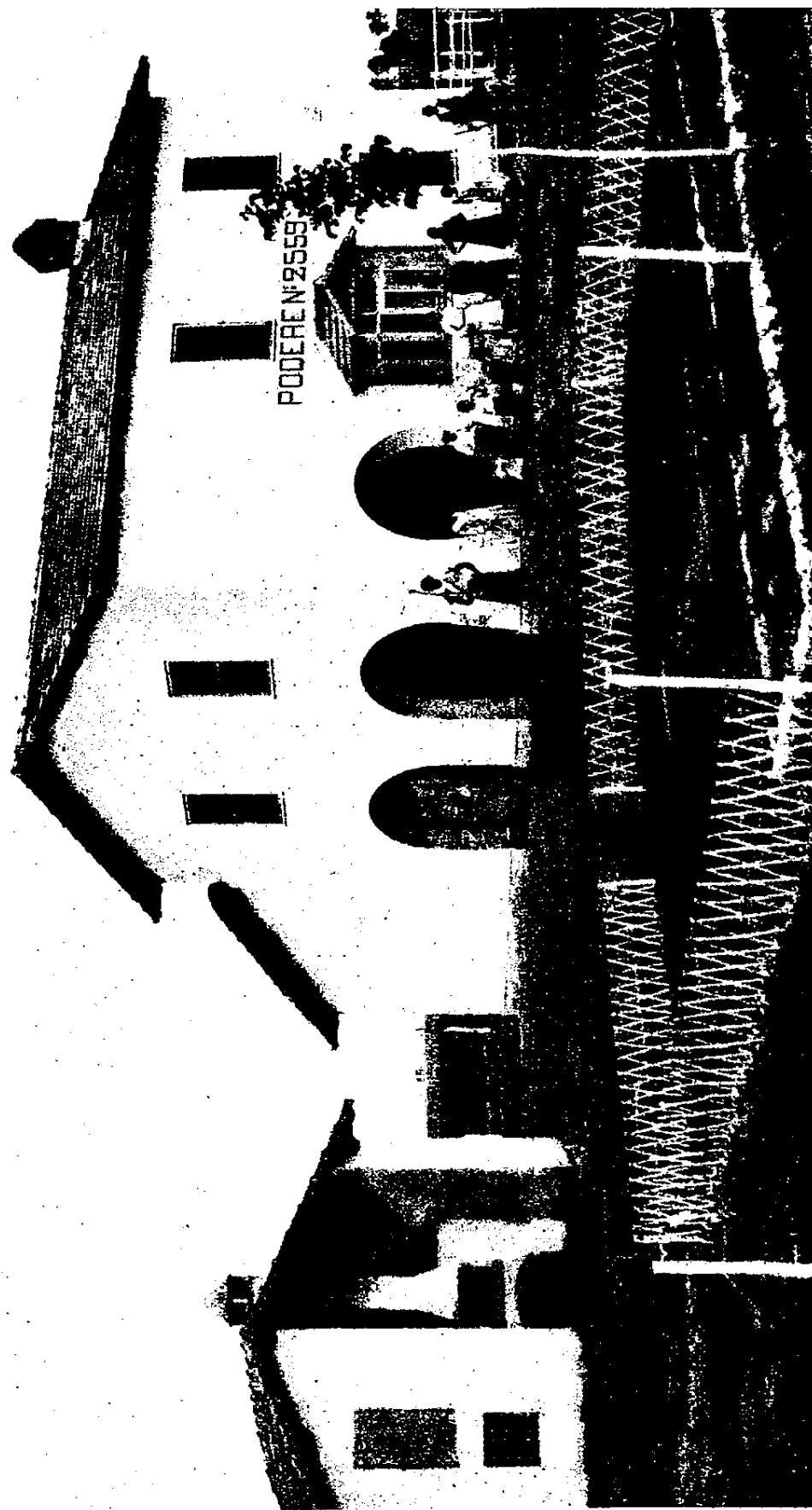
Feitoria em Pontinia.



Pontinia - Sede do Fascio.



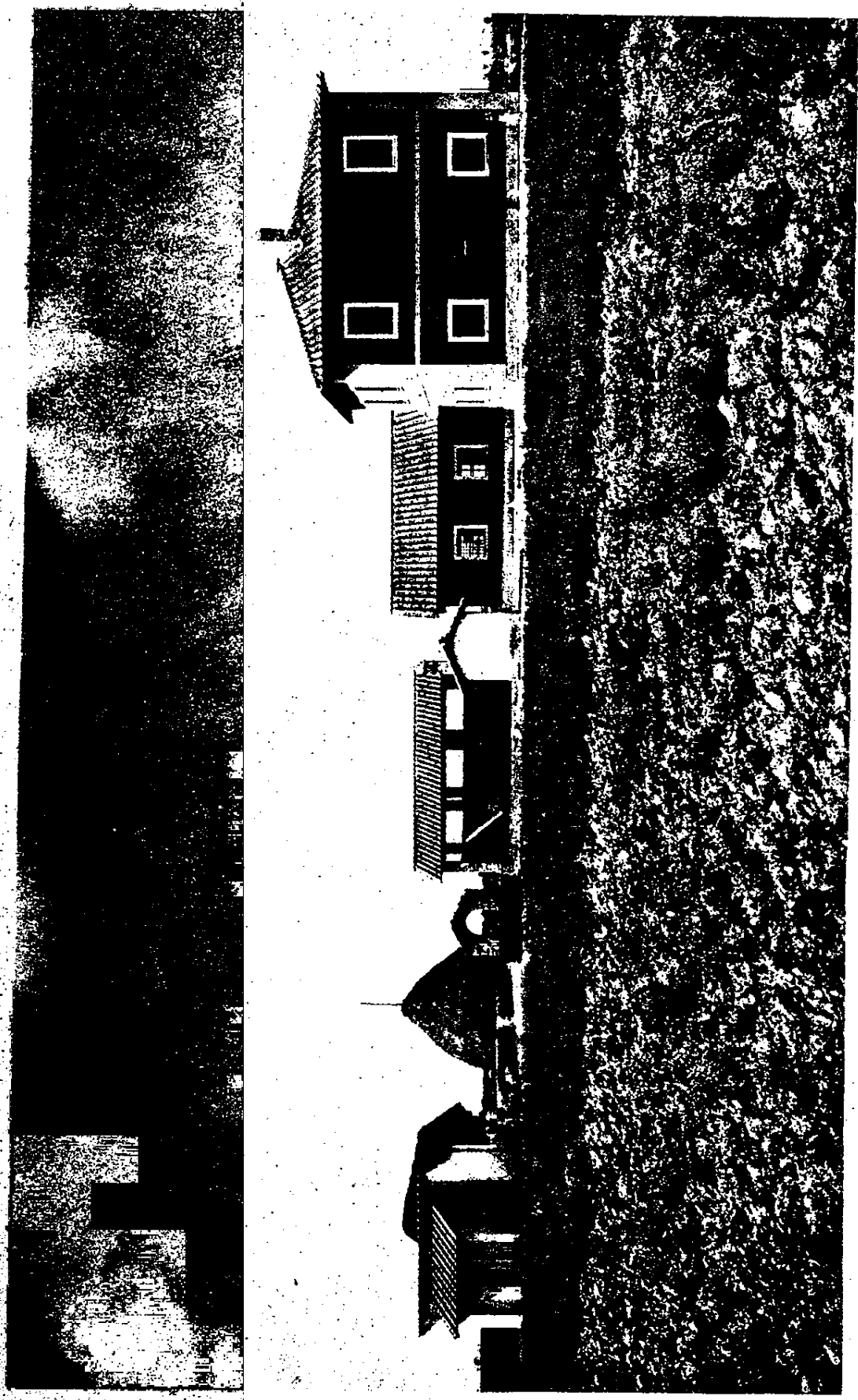
Pontinia - Tractores ao trabalho.



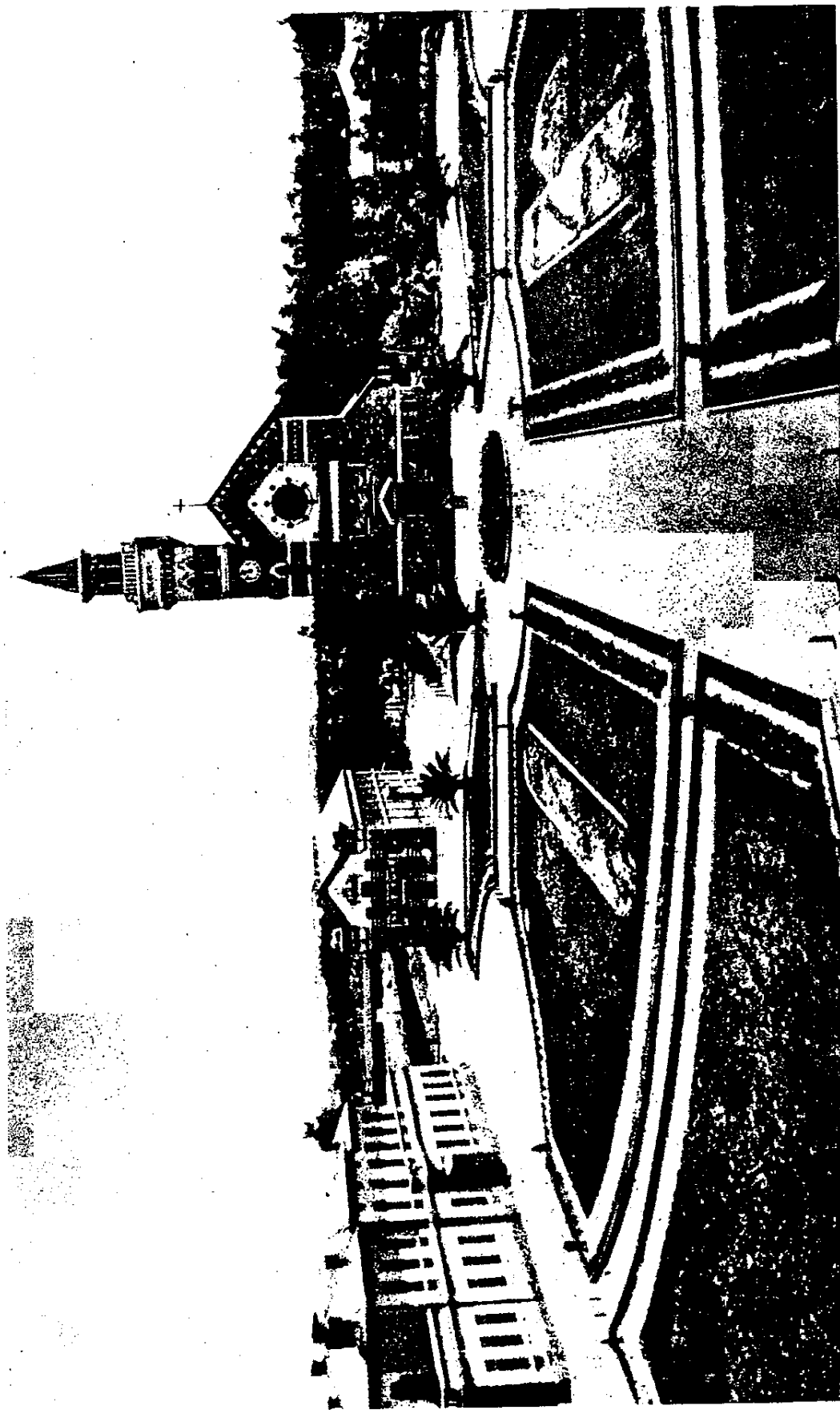
Casa de colonos em Pontinia.



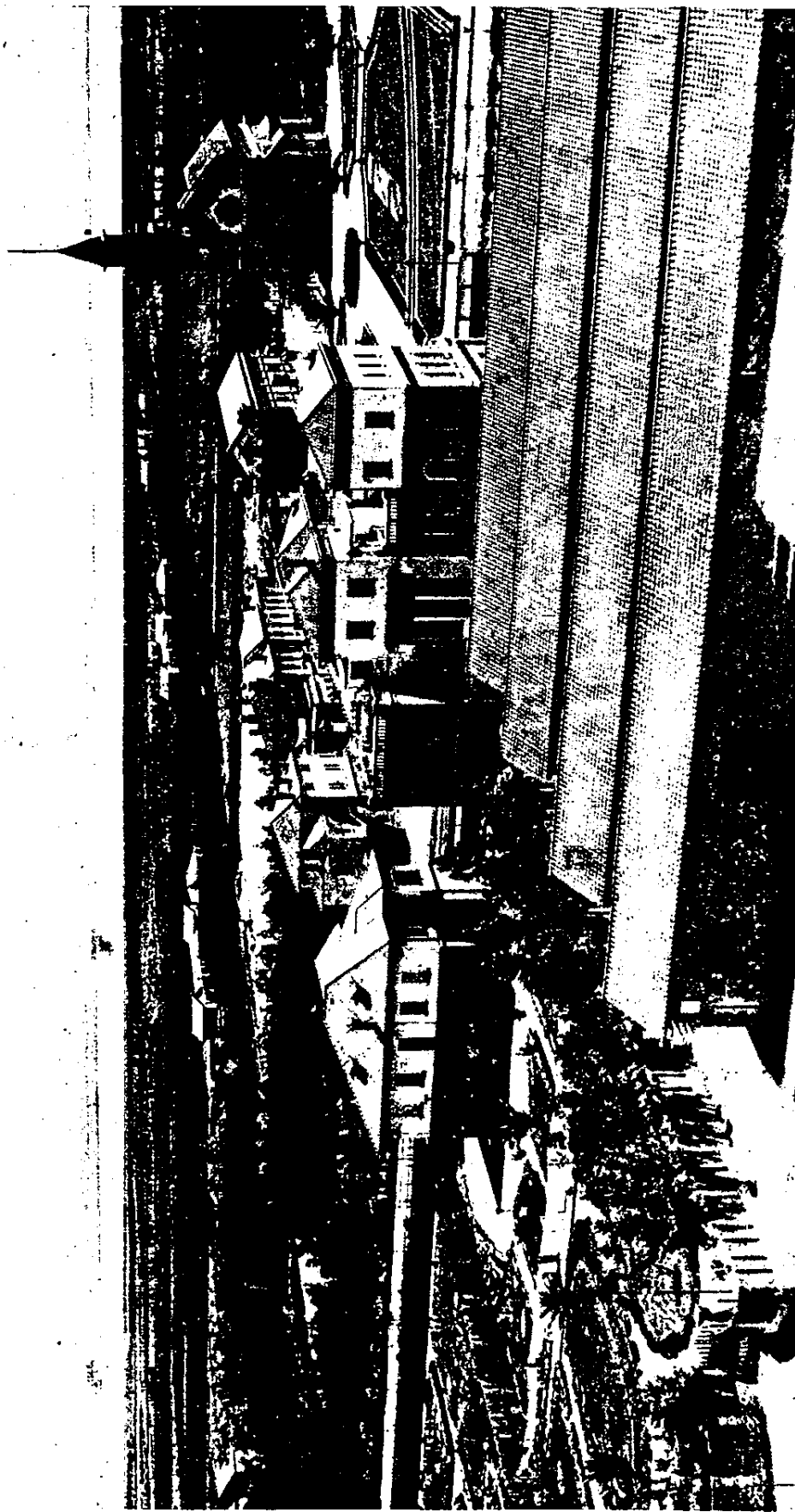
Mussolinia antes da bonificação.



Centro agrícola e casa de colonos, da bonificação de Mussolinia.



A Praça e a Igreja de Mussolinia.



Panorama de Mussolinia.

BIBLIOTECA CIVICA

N° 121933

VARESE



O Duce entre as mulheres ruraes de Mussolinia.



N.° 2656

1 LUG 1940 ANNO X